

DOCUMENTO FINAL

**PRÉ-CONFERÊNCIA BRASILEIRA
Preparatória à
33ª Conferência Global de Bem-Estar Social do ICSW**

**“A Dinâmica do Bem-Estar Social
na Globalização:
Lições do passado,
desafios para hoje e amanhã”**

**Rio de Janeiro
2008**

Documento Final - Pré-Conferência Brasileira.
Rio de Janeiro: CBCISS, 2008

Organização, Redação Final e Revisão Técnica
Marilena Jamur e Tânia Chalhub

Versões do Texto Original em Português
Francês: Pascal Rubio
Espanhol: Maria Eugenia Urrestarazu Silva
Inglês: Elza Parreiras-Horta e Otávio Peixoto

Edição
CBCISS

Projeto Gráfico
Wylson Teixeira

Apoio Técnico:
Heloiza Helena Teixeira Gonçalves

Apoio à Publicação
SESI – Departamento Nacional

CENTRO BRASILEIRO DE COOPERAÇÃO E INTERCÂMBIO DE
SERVIÇOS SOCIAIS - CBCISS
Avenida General Justo, 275 – Salas 301/302 – 3º andar
CEP 20021-130 – Rio de Janeiro – RJ – Brasil
Tel.: 2220-8174 e 2220-8274
e-mail: cbciss@uol.com.br
www.cbciss.org

DOCUMENTO FINAL

**PRÉ-CONFERÊNCIA BRASILEIRA
Preparatória à
33ª Conferência Global de Bem-Estar Social do ICSW**

SUMÁRIO GERAL

1. VERSÃO em PORTUGUÊS	05
2. VERSÃO em FRANCÊS	49
1. VERSÃO em ESPANHOL	93
2. VERSÃO em INGLÊS	137

DOCUMENTO FINAL

**PRÉ-CONFERÊNCIA BRASILEIRA
Preparatória à
33ª Conferência Global de Bem-Estar Social do ICSW**

PORTUGUÊS

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	09
2. DESCRIÇÃO DO EVENTO	10
2.1 - As Sessões Científicas	11
3. A SITUAÇÃO SOCIAL NOS PAÍSES LATINO-AMERICANOS SOB O IMPACTO DA GLOBALIZAÇÃO	14
3.1 - O Trabalho Social no Brasil e na América Latina	17
3.2 - A Proteção Social no Brasil e nos Países Latino-Americanos	24
3.3 - A Questão do Desenvolvimento Social no Brasil e na América Latina: perspectivas e limites	34
4. RECOMENDAÇÕES FINAIS	42
5. COMISSÃO ORGANIZADORA	46
6. APOIOS	47

1. INTRODUÇÃO

O Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais (CBCISS), fundado em 1946 como representante no Brasil do *International Council on Social Welfare* (ICSW), é uma das mais antigas Organizações Não-Governamentais brasileiras.

Sediado no Rio de Janeiro, o CBCISS é mantido pela contribuição anual de seus associados – pessoas físicas e jurídicas – e pela prestação de serviços (consultorias, pesquisas, cursos e publicações).

Entre seus objetivos destacam-se: o diálogo com a sociedade civil organizada, com o poder público e com as universidades, na busca de definição de estratégias que assegurem o combate às desigualdades sociais, a promoção da justiça social e a elevação da qualidade de vida da população, bem como o estímulo à produção de conhecimento sobre as práticas que se realizam no campo social.

O CBCISS organiza tradicionalmente eventos preparatórios às Conferências Internacionais, realizadas a cada dois anos pelo ICSW que, neste ano completa 80 anos. Em 2008, ao realizar a Pré-Conferência Brasileira, preparatória à 33ª Conferência, o CBCISS inova duplamente: inova quanto ao formato, realizando um evento mais amplo e aberto à participação de um maior número de profissionais da área social, inclusive de representantes dos Comitês Latinoamericanos do ICSW; inova, também, ao buscar a parceria da Escola de Serviço Social da UFRJ, na organização e direção do evento.

O tema central de reflexão é *A Dinâmica do Bem-Estar Social na Globalização: Lições do Passado, Desafios para Hoje e Amanhã*, que se desdobra em três temas principais: Trabalho Social, Proteção Social e Desenvolvimento Social – a mesma temática que será tratada na 33ª Conferência Global de Bem-Estar Social, que se realizará em Tours, França, entre 30 de junho e 4 de julho.

Durante três dias, foram analisadas e debatidas idéias e experiências presentes no campo social no Brasil e na América Latina, cuja síntese é apresentada neste Documento que, encaminhamos à Conferência Global

com as posições assumidas pelo Comitê Brasileiro do ICSW e pelos representantes dos Comitês Argentino, Uruguaio e Peruano presentes no evento, assim como pelos participantes do Chile e da Colômbia convidados.

As Diretorias do CBCISS e da Escola de Serviço Social da UFRJ, copromotoras do evento agradecem a todas as pessoas e instituições que contribuíram para a realização.

2. DESCRIÇÃO DO EVENTO

A PRÉ-CONFERÊNCIA BRASILEIRA preparatória à 33ª CONFERÊNCIA DO ICSW foi realizada entre 09 e 11 de abril do corrente no Fórum de Ciência e Cultura no Campus da UFRJ na Praia Vermelha.

Foi um evento promovido pelo CBCISS em parceria com a Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, envolvendo os esforços das respectivas Direções, além da colaboração de representantes de diversas instituições universitárias e instituições atuantes no campo social¹, que participaram da Comissão Organizadora, ou que apoiaram financeiramente o evento. Foram mais de seis meses de intensa mobilização de esforços, para que, durante três dias os participantes pudessem refletir sobre o tema central “*A Dinâmica do Bem-Estar Social na globalização: lições do passado, desafios para hoje e amanhã*”, o mesmo que será debatido em Tours na França, de 30/06 a 04/07/2008.

Examinando o conjunto de atividades técnico-científicas realizadas durante os três dias do evento, podemos dizer que o resultado pode ser avaliado como muito positivo: foram treze conferências de especialistas brasileiros e internacionais convidados para expor sobre os temas dos simpósios (trabalho social, proteção social e desenvolvimento social), como desdo-

¹ Caberia mencionar aqui a contribuição significativa de: Universidades Brasileiras, Latino-Americanas e Francesas; do Conselho Regional de Serviço Social-RJ; da Vice-Presidência Regional da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa de Serviço Social; da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos; do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome; das organizações integrantes do Sistema S – através do SESC Departamento Nacional, das Diretorias Regionais de São Paulo, do Rio de Janeiro e do Pará; do Conselho Nacional e do Departamento Nacional SESI; da Secretaria Executiva do ICSW.

bramentos do tema principal, contribuindo para uma ampla reflexão sobre os mesmos. Além disso, foram selecionados sessenta e sete trabalhos que foram apresentados em comunicações orais ou em *poster*s e foram apresentadas doze experiências institucionais significativas pelos seus resultados.

A síntese de todas essas contribuições, que deveria ser apresentada no painel final de encerramento do evento, se tornou inviável diante da diversidade e da riqueza de contribuições. Por essa razão, na Sessão Plenária de Encerramento, foi apresentado para discussão um Documento Preliminar, contendo as posições e aspectos comuns apresentados nas diferentes sessões científicas. Após as discussões realizadas, ficou decidido que a reflexão e o debate dos participantes da Pré-Conferência continuariam pela Internet até o dia 30 de maio, através de dois grupos de discussão, com vistas à elaboração do Documento Final, a ser apresentado durante a 33ª Conferência Global na França.

A partir das diferentes contribuições recolhidas durante a realização do evento e dos grupos de discussão, foi redigida esta versão final do documento, que será encaminhado para a França, como expressão das reflexões de brasileiros e latino-americanos sobre as questões que afetam os países da região, sob o impacto da globalização.

2. 1 - As Sessões Científicas

A **Conferência Magna de abertura** foi proferida pelo *Dr. José Paulo Netto (Brasil)*, sobre o tema central do evento.

A seguir foram realizados seis **Simpósios** com duas conferências em cada um, sobre os temas principais:

- O Mundo do Trabalho sob o Impacto da Globalização - *Dr. Pierre Salama da Universidade de Paris XIII (França)* e *Dr. Márcio Pochmann, Presidente do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Brasil)*.
- O Trabalho Social e Enfrentamento da Questão Social - *Dra. Ana Elizabeth Motta da Universidade Federal de Pernambuco (Brasil)* e *Dra. Teresita Matus Sepúlveda da Universidade Católica do Chile (Chile)*

- A Proteção Social na América Latina no contexto da globalização - *Dra. Aldaíza Sposati da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Brasil) e Dr. Carlos Barba Solano da Universidade de Guadalajara México (México)*
- Configurações atuais da proteção social no Brasil - *Dra. Márcia Lopes da Universidade Estadual de Londrina (Brasil) e Dra. Berenice Rojas Couto da Universidade Católica do Rio Grande do Sul (Brasil)*
- A Questão do Desenvolvimento Social na América Latina - *Dr. Ladislau Dowbor Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Brasil) e Dr. Flávio Bezerrada Universidade Federal do Maranhão (Brasil)*
- O Desenvolvimento Social no Brasil: as perspectivas e os limites atuais - *Dr. Danilo Santos de Miranda – Diretor do SESC – Administração Regional de São Paulo (Brasil) e Dr. Jessé de Souza da Universidade Federal de Juiz de Fora – Minas Gerais (Brasil)*

Os **Workshops** foram apresentados por representantes de programas sociais com experiências significativas realizadas em diferentes áreas:

- A Implantação da Política de Proteção Social no Brasil – *Beatriz Augusto Paiva – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome*
- Lutas Sociais pelos Direitos dos Idosos - *Olga Luisa Leon de Quiroga – GARMIC de São Paulo*
- Sistema Único de Assistência Social no Rio de Janeiro: conquistas e desafios – *Heloisa Helena Mesquita Maciel – Secretária de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro*
- O Observatório de Favelas no Rio de Janeiro - *Fernando Lannes Fernandes*
- Os Direitos do Paciente com Câncer: Encontros com o Serviço Social – *Equipe do Serviço Social do – Instituto Nacional do Câncer*
- A Experiência do Programa Mesa Brasil no Serviço Social do Comércio do Pará – *Edimar Neves*
- A Experiência do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas com o Observatório da Cidadania – *Luciano Cerqueira*

- A Experiência do Serviço Social da Indústria: Programas implantados na América Latina – *Karita Rachel Pedroso Bastos*
- Projeto de Legalização na Rocinha – Escola de Serviço Social da UFRJ - *Gabriela Lema Icasuriaga*
- Projeto Integrado em Atividades de Ensino Pesquisa e Extensão com o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – UFRJ - *Maristela Dalmoro e Luis Eduardo Acosta*
- Projetos Sócio-Culturais do Serviço Social do Comércio - Rio de Janeiro – *Gilberto Fugimoto*
- Projetos Sociais do Rio Solidário – *Daniela Pedras*

Foram apresentadas **41 Comunicações Orais** e **26 Sessões Interativas de Pôsteres**.

Foi ministrado um **Mini Curso** pela Prof^a. Teresita Matus Sepúlveda sobre o tema “Inovações em Intervenção Social: Teorias pós-convencionais de intervenção, novos critérios, sua relação com as políticas públicas, experiências bem sucedidas, desafios para o trabalho social”.

As sessões científicas tiveram a participação de **coordenadores e relatores** que, ao final, elaboraram uma síntese do conteúdo das apresentações e debates contribuindo para a apresentação do Documento Preliminar, discutido durante a sessão plenária de encerramento da Pré-Conferência e deste Documento Final - **Simpósios**: Ana Cristina Brito Arcoverde, Cleusa Santos, Dulce Pandolfi, Maria Magdala Vasconcelos de Araújo e Silva, Marilena Jamur, Suely Gomes Costa e Yolanda Demetrio Guerra; **Workshops, Comunicações Orais** e **Sessões Interativas de Pôsteres**: Adela Puente, Ana Maria Vasconcellos, Andréa Medrado Bragard, Andréa Moraes Alves, Alejandra Pastorini Corleto, Aura Marlene Márquez Herrera, Edna Donzelli, Elizabeth Sanchez, Joel Naimayer Padula, José Pedro Simões, Lenise Lima Fernandes, Luciana Patrícia Zucco, Luciano Cerqueira, Lucio Dias Dumenez, Luis Eduardo Acosta Acosta, Marileia Franco Marinho Inoue, Maristela Dal Moro, Miriam Azambuja Guindani, Mirtha Sosa Crevoisier, Rosely Reis Lorenzato, Silvina Verônica Galízia.

Apresentamos, a seguir uma síntese dos principais elementos de análise sobre o tema central desse evento preparatório à 33^a Conferência Global de Bem Estar-Social, que o ICSW realizará em Tours na França, no ano em que comemora o seu 80^o aniversário.

3. A SITUAÇÃO SOCIAL NOS PAÍSES LATINO-AMERICANOS SOB O IMPACTO DA GLOBALIZAÇÃO

Na Conferência Magna foram lançadas as principais perspectivas de reflexão que tiveram continuidade durante os três dias de realização do evento com a contribuição dos diferentes especialistas convidados.

A globalização como nova forma que assume o desenvolvimento capitalista é geradora do aprofundamento da internacionalização da economia, através do desenvolvimento das forças produtivas e do mercado internacionalizado.

Em sua dimensão econômica, a globalização não seria um fenômeno de ruptura no processo de desenvolvimento do capitalismo, mas um novo “momento” desse desenvolvimento, que consiste na radicalização de tendências já presentes na sua própria lógica - já enunciadas por Marx no século XIX – de intensificação da interdependência e da cooperação mundial. O processo de produção e circulação de mercadorias tende a derrubar barreiras econômicas e políticas, embora com muitas contradições e desigualdades entre os países, propagando o mito da “abertura do mercado”.

A compreensão das dimensões sociológica e política da globalização, requer que se leve em consideração as condições que possibilitaram essa radicalização de tendências, como: a redefinição das relações entre as sociedades nacionais provocadas pela dissolução do bloco socialista soviético, que potencializou o alcance e a generalização do capitalismo, favorecendo a sua mundialização e globalização; a crise do Estado-Nação, que traz transformações quanto à sua natureza, funções e prioridades: o Estado abandona sua função de proteção das economias nacionais, para se transformar em agente principal de adaptação das economias nacionais à ordem econômica mundial, abandonando as funções de provedor de bem-estar social.

A globalização coloca a descoberto as possibilidades e limites do desenvolvimento capitalista em nível mundial: embora com dimensões e expressões diferentes, com recursos qualitativa e quantitativamente diferentes, os problemas são colocados em todos os lugares – com relação ao trabalho e ao emprego, colocando-se o desemprego como um problema mundial. A pobreza, outrora um fenômeno predominantemente restrito aos países do chamado Terceiro Mundo, hoje alcança os países ricos, onde são encontrados “bolsões de pobreza”.

Foi examinada em grandes linhas a situação social dos países da América Latina – que ocupam uma posição de subordinação econômica e tecnológica na ordem capitalista mundial – analisando-se em particular a situação do Brasil; este, embora a partir da segunda metade do século passado tenha iniciado uma política de substituição das importações e desenvolvido um processo de industrialização relativamente acelerado, continua, como os demais países do continente, desempenhando uma função de mercado exportador de produtos primários.

O caso brasileiro é peculiar neste sentido, pelas contradições que sua política econômica encerra, mantendo há mais de dez anos, uma política de estímulo ao agronegócio voltado para a exportação e, mais recentemente, à produção de biocombustíveis. Por um lado, a produção do biocombustível é estimulada inclusive pela concessão de incentivos à indústria alcooleira para essa produção, a pretexto de redução do aquecimento global provocado pelo uso cada vez mais intensivo de combustíveis fósseis como o petróleo e o carvão extremamente poluentes; por outro lado, tem-se privilegiado como solução, exclusivamente, a expansão da fronteira agrícola sem controle, produzindo extensas áreas de desmatamento e queimadas, alcançando já boa parte da Amazônia, antes intocada, agravando a emissão de poluentes. Além disso, a produção do biocombustível pode acarretar uma grave crise, pela alta no preço dos alimentos de primeira necessidade, contribuindo para a elevação dos indicadores de fome no Brasil e no mundo.

Da mesma forma, as regiões Sul e Sudeste do país têm extensas áreas degradadas pela exploração e utilização do carvão vegetal, apesar do seu alto poder poluente, com baixo teor energético.

Portanto, dependência econômico-tecnológica e a forma de inserção subordinada dos países latino-americanos nas relações capitalistas, acarreta sérias conseqüências sociais nesses países, em termos de uma desigualdade crescente, com agravamento da pobreza.

Foram também, analisadas teoricamente as implicações de natureza política quanto ao advento e montagem do Estado de Bem-Estar Social (EBES), assim como as conseqüências do seu desmonte, que será examinado mais adiante. A institucionalização do EBES ganhou densidade a partir da II Guerra Mundial, com disseminação do modelo de regulação social-democrático, numa montagem complexa envolvendo: trabalho, proteção social, e desenvolvimento econômico durante os chamados “30 anos gloriosos”, em que o padrão keynesiano-fordista impulsionou o desenvolvimento mundial do capitalismo.

Todas as medidas para assegurá-lo foram hipotecadas pelas macropolíticas econômicas, havendo uma relação decrescente entre baixo crescimento econômico e investimento nas políticas sociais.

Nesse percurso histórico ao longo de três décadas, registra-se nos vários países a adoção de diferentes “modelos de proteção social” que se implantaram em cada um de acordo com uma série de fatores. Na América Latina, como se verá mais adiante, há uma grande heterogeneidade de padrões de proteção social. No padrão “residual” de intervenção do Estado, este intervém através das políticas sociais, apenas quando os canais “naturais” de satisfação das necessidades (esforço individual, família, mercado, redes comunais) se mostram insuficientes. Atua de modo seletivo, focalista sobre grupos ou indivíduos vulneráveis; tem caráter emergencial, limitado no tempo, promovendo estímulos à população, às capacidades individuais e familiares para resolver a situação, através dos seguros privados.

No modelo “meritocrático particularista”, embora se parta da mesma premissa - indivíduo deve resolver suas necessidades com base no próprio mérito, trabalho, capacidades profissionais e poder político – a intervenção do Estado se faz para corrigir parcialmente distorções geradas pelo mercado ou pela desigualdade de oportunidades; é sempre complementar às instituições econômicas e sociais, estabelecendo-se relações clientelistas - o Estado sofre substancial pressão dos grupos organizados por interesses corporativos que disputam maiores parcelas do fundo público para a institucionalização dos serviços de proteção social.

O modelo “institucional redistributivo” considera que o Estado de Bem-Estar Social é parte importante e constitutiva das sociedades contemporâneas, voltado para a produção de bens “extra-mercado” garantidos a todos os cidadãos; parte da premissa de que o mercado é incapaz de realizar por si só a alocação desses recursos, de forma a reduzir a insegurança e eliminar a pobreza, propondo a universalização sem caráter contratual.

O conferencista chamou, ainda, a atenção para a necessidade de se mudar substancialmente as relações sociais de produção, centradas na ordem do capital sobre a exploração do trabalhador e a concentração de renda e de poder.

Enfatizou a relação direta que existe no cerne da acumulação capitalista entre a forma e o ritmo de crescimento econômico e a institucionalização do Estado de Bem-Estar Social.

Serão apresentados a seguir os aspectos mais relevantes apresentados e debatidos nos seis Simpósios realizados durante a Pré-Conferência Brasileira, sobre os temas principais: Trabalho Social, Proteção Social e Desenvolvimento Social.

3.1. O Trabalho Social no Brasil e na América Latina

A reflexão sobre o trabalho social na Pré-Conferência Brasileira, transcendeu o domínio tradicionalmente delimitado para se pensar a ação que se realiza no campo social, seja ela profissionalizada – como no caso das diferentes áreas definidas para intervenção “no social” - seja ela da ordem do trabalho voluntário, desencadeado por motivações de várias ordens.

Considerou-se importante examinar antes as condições de produção do campo social, onde se constituem as demandas para a ação social e, em especial as questões relacionadas com o trabalho, cuja natureza é fundamentalmente social, assim como a pobreza e a desigualdade.

O mundo do trabalho vem passando, nas últimas décadas, por transformações econômicas de caráter estrutural com profundos impactos sobre a vida da sociedade, um fenômeno que se refere, em primeiro lugar, a um processo econômico – a globalização. Esta se caracteriza no plano econômico, pela expansão da repartição internacional do trabalho, com a formação de mercados internacionais nos quais se comercializam produtos, capitais e serviços. Entretanto, a globalização envolve outros fenômenos e processos, como a revolução da informação ocorrida nas últimas décadas que, em grande medida, como meio tecnológico, tornou viável a globalização da economia e a financeirização do capital.

Os principais impactos sobre o mundo do trabalho, são considerados: a introdução de tecnologias, em especial da automação e da robótica substituindo o trabalho do homem; o declínio das atividades de manufatura e o crescimento do setor de serviços; a introdução de novos processos de produção e gestão do trabalho, gerando novos riscos para a saúde e o meio ambiente; a proliferação de pequenas unidades de produção, com maior dificuldade para sua organização; aumento da mobilidade das unidades de produção e das empresas, com aumento da competição global pelo emprego; aumento dos níveis de desemprego em várias regiões do mundo; aumento da intensidade e duração do trabalho, levando ao aumento de *stress*

e das doenças dele decorrentes; precarização do trabalho, com diminuição dos empregos formais e o aumento do trabalho informal, realizado no domicílio, do trabalho em tempo parcial e sazonal; terceirização das funções e tarefas, diminuição dos níveis de remuneração e pagamento pelo trabalho realizado.

Considera-se, também a existência de mudanças significativas na natureza do trabalho e na percepção de seu papel pelas gerências, principalmente no trabalho produtivo na indústria e nos serviços, obrigando a uma revisão radical do papel do trabalho nas estratégias de produção das empresas. Com a difusão massiva de novas tecnologias de produção, associadas a novas técnicas de gestão e à progressiva sofisticação tecnológica dos produtos, criam-se novas exigências em termos de inteligência da produção, antes não admissíveis pelas formas de organização *taylorista* do trabalho.

Há conseqüências imediatas e radicais sobre a quantidade e qualidade do emprego e para as práticas de gestão do trabalho: exige-se maior qualificação da força de trabalho, maior escolaridade dos trabalhadores; exige-se o uso de alternativas ou estratégias de gestão que possam obter a cooperação dos trabalhadores (a adesão e o consenso substituem o controle, a repressão). Isso não significa, porém o desaparecimento das antigas formas predominantes nas relações de trabalho, mas a convivência de tendências contraditórias; e o saldo não tem nada de positivo: aumento do desemprego, tanto em escala global e nacional (192 milhões de desempregados no mundo em 2005)²; ampliação das desigualdades sociais, a nível nacional e no continente Latino-Americano, onde nos deparamos com uma globalização estruturalmente excludente. O quadro geral é de aleatoriedade do futuro, de incerteza e de vulnerabilidade vividas na sociedade salarial moderna; a função integradora do trabalho que, além da subsistência, garante às pessoas status, proteção, identidade e vínculos sociais, se fragiliza cada vez mais.

Se nos países capitalistas avançados, por um lado, pode ter se afirmado um novo padrão nas relações de trabalho, por outro lado, há ameaças à sobrevivência trazidas pelo desemprego, ou há perdas para a identidade pessoal e sofrimento psicológico; porém, os trabalhadores desempregados desses países, têm asseguradas condições mínimas de vida através da se-

² OIT, 2006.

gurança social. Nos países do chamado Terceiro Mundo, a gravidade da situação é potencializada pela precariedade dos sistemas de proteção social. Estudos comparativos têm demonstrado que países com proteções sociais sólidas e direitos enraizados, resistem melhor às pressões externas contra a segurança social vigente; defendem-se melhor dos riscos; sofrem processo de degradação do trabalho mais lento.

O Brasil e os países da América Latina apresentam as mais altas taxas de desigualdade do mundo. O aumento da desigualdade e da pobreza no continente, em grande parte é resultado dos processos decorrentes da globalização, (desemprego, precarização do trabalho, etc.), mas não apenas isso; as recorrentes crises econômicas e financeiras têm um papel preponderante.

O aumento das desigualdades pode ser medido utilizando-se um instrumento simples, como o coeficiente de Gini: constata-se que no Brasil e no continente latino-americano as taxas estão em torno de 0,6, contra um pouco mais de 0,3 na Europa e contra um pouco menos de 0,3 na Ásia. É preciso dizer que, quanto mais o índice se aproxima de 1,0, maior é a desigualdade.

Se examinarmos essas taxas ao longo do tempo, veremos que as desigualdades aumentaram no intervalo dos últimos dez a quinze anos, devido à globalização financeira, que se faz em proveito dos 5% mais ricos da população, em detrimento das classes médias e dos trabalhadores de menor qualificação; a renda destes pode aumentar em virtude de políticas de redistribuição.

Na América-Latina, as desigualdades de renda têm aumentado menos do que antes, e, em alguns países se estabilizam, exceto na Argentina, onde tanto a pobreza como as desigualdades apresentam uma alta qualitativa. Essa relativa estabilidade oculta, porém, uma profunda redefinição da distribuição da renda: a curva de Lorentz - que permite medir a desigualdade de renda, a distribuição de diferentes ativos por parte da sociedade e os diversos graus de pobreza entre os menos favorecidos - mostra que isso se faz às custas das classes médias. No Brasil, ocorreu uma diminuição da pobreza no início dos anos 1990, com o fim da hiperinflação; verifica-se uma relativa estabilidade da pobreza num patamar alto, que caracteriza os movimentos da distribuição da renda no continente - de maneira mais ou menos acentuada, de acordo com os países - havendo polarização da renda em favor das classes sociais abastadas.

A existência dessas fortes desigualdades nos países latino-americanos constitui um desafio para o seu desenvolvimento: seu aumento ou sua conservação num nível muito alto gera sociedades excludentes e instáveis, ao mesmo tempo em que enfraquece a coesão social. O quadro contextual é de grande complexidade, dada a heterogeneidade de situações. É, também, um desafio intelectual e político, em função da relação complexa que existe entre crescimento e desigualdades: dependendo das condições, o crescimento pode ser encorajado tanto por pequenas desigualdades como por grandes desigualdades e por suas evoluções. Não é possível entender as relações entre desigualdade e crescimento se não se levar em conta outras variáveis interdependentes: a renda *per capita*, o porte dos mercados, o grau de abertura das economias e o papel do Estado. Tais variáveis se combinam, produzindo resultados diferentes: a abertura controlada dos mercados indica que o Estado adota uma política industrial; a existência de menores desigualdades pode indicar que o Estado adota uma política social ativa para a sua redução; maiores desigualdades podem acompanhar o livre jogo das forças do mercado, indicando que o Estado reduz sua intervenção nas áreas social e econômica.

No caso das economias latino-americanas, seu principal fracasso se deve à opção de não enfrentar adequadamente o enorme desafio da pobreza, mantendo-a num dos patamares mais altos do mundo. Os indicadores apontam para uma redução da proporção de pobres de forma continuada, provavelmente, devido ao impacto dos programas de transferência de renda que vêm sendo adotados, mas revelam queda acentuada da renda domiciliar *per capita* dos 20% mais pobres e aumento da indigência.

Enquanto os países asiáticos diminuíram fortemente seus índices de pobreza, na América Latina eles tiveram pouca variação. Há banalização da pobreza e enfrentá-la não é uma prioridade dos governos, mesmo quando querem dar a impressão de que estão lidando com esse problema, para tirar proveito do voto dos mais pobres e de uma parte das classes médias. Pode-se avaliar claramente qual é o esforço feito para ajudar os pobres, quando se observa que no Brasil, por exemplo, para cada dólar destinado ao Programa Bolsa-Família, foram pagos dezoito dólares para custear o serviço das dívidas interna e externa. Parece haver inadequação dos métodos de gestão do social pelo Estado.

Esse é o contexto geral que se constitui nas últimas duas décadas, definindo o espaço onde se desenvolve a ação social do setor público e do

setor privado. Considera-se, aqui, que o espaço de intervenção social é construído e delimitado a partir das relações sociais. É no plano da economia e da política que definem as condições de produção “do social” e da “ação no social”, uma vez que o Estado, mesmo quando minimiza a sua intervenção nesse campo, promove uma forma de *regulação social*.

O Brasil, embora apresente características semelhantes aos demais países latino-americanos, todos submetidos nos anos 1990 às políticas definidas pelo chamado Consenso de Washington³, apresenta uma situação peculiar quanto à intervenção no social, sobretudo quanto ao trabalho social profissionalizado, em função da conjuntura histórica aqui vivida.

A conjuntura do início dos anos 1990, parecia bastante promissora, como continuidade esperada da efervescência democrática da década anterior, anos de importantes conquistas tanto para a sociedade brasileira que lutava pela redemocratização, quanto para o trabalho social profissionalizado, cujos agentes produziram em pouco mais de 10 anos uma transformação significativa nos seus padrões de reflexão e formação. A luta travada pelas organizações profissionais, aliadas aos movimentos sociais, para colocar a proteção social como direito do cidadão, iniciada na década anterior, havia sido vitoriosa, no sentido de incluir a seguridade social como preceito constitucional, inserida no capítulo da Ordem Social da nova Constituição do país, promulgada em 1988. Cabe observar que, num país onde a assistência social sempre funcionou como moeda de troca valiosa no mercado político-eleitoral, onde o clientelismo e o populismo são regra geral na exploração da pobreza, do analfabetismo, da falta de emprego e de perspectivas de melhores condições de vida, essa não é uma conquista irrelevante.

³ Assim se convencionou chamar o conjunto de políticas neoliberais que o governo dos EUA preconizava para “solucionar” a crise econômica dos países da América Latina e imposto na negociação das suas dívidas externas; tais políticas acabaram se tornando o modelo do FMI e do Banco Mundial para todos os países: o funcionamento da economia entregue às leis de mercado, livre da intervenção estatal na economia que inibe o setor privado e freia o desenvolvimento; abertura da economia por meio da liberalização financeira e comercial e da eliminação de barreiras aos investimentos estrangeiros; amplas privatizações; redução de subsídios e gastos sociais por parte dos governos; desregulamentação do mercado de trabalho, para permitir novas formas de contratação que reduzam os custos das empresas. O discurso que defende tais medidas, assim como seus resultados desastrosos em termos de desigualdade social, são bem conhecidos.

Entretanto, já no início dos anos 1990 ficou claro que os direitos sociais não seriam tão facilmente assegurados, pois era necessária uma legislação complementar e a Lei Orgânica da Assistência Social só foi aprovada com muitos vetos, em 1993, quando os ventos neoliberais já sopravam forte neste continente e a receita dos organismos internacionais começava a ser aqui aplicada. As suas premissas fundamentais são: a insustentabilidade dos mecanismos atuais do Estado de Bem-Estar Social, de seus programas e instituições, o equilíbrio fiscal que impede a manutenção dos sistemas de proteção social, a necessidade urgente de reformas (da legislação trabalhista, da previdência etc.), a redução do déficit público, a privatização das empresas estatais, a liberalização dos mercados, a reformulação do serviço público. No plano político isso significa uniformizar as políticas econômicas reduzindo a ação do Estado ao desenvolvimento das condições estruturais para a competitividade em escala global, ou seja constituir um “estado-mínimo” (para o cidadão pobre) e máximo para o capital financeiro internacional – na medida em que a especulação financeira é estimulada, em detrimento do investimento produtivo.

O trabalho social profissionalizado no Brasil passou por mudanças significativas nesse período, correspondendo ao redimensionamento da ação e do investimento do Estado no social (em todas as instâncias governamentais): a partir da reforma do Estado, este deixa de ser o responsável direto pelo desenvolvimento de atividades no plano econômico e social, passando a ser apenas promotor e regulador; assim o setor público, que antes se constituía no maior empregador dos assistentes sociais, reduz significativamente esse espaço de trabalho; paralelamente ao desinvestimento do setor público na área social, houve uma grande expansão da ação social do setor privado, estimulado pela própria ação do setor público, que passa a atuar em duas frentes:

1ª - na normatização e regulação desse setor, instituindo legislação específica para um universo extremamente heterogêneo de organizações consideradas sem fins lucrativos: instituições filantrópicas, Fundações Empresariais, ONGs, OSCIPS, enfim para o chamado “terceiro setor”;

2ª - na transferência das suas funções através de contratos de prestação de serviços sociais por organizações privadas, a chamada “terceirização”, seguindo para a ação no social as mesmas regras das outras atividades (econômicas) no mercado.

Essas condições afetam significativamente o trabalho social e uma extensa literatura tem sido produzida a respeito dos desafios profissionais a serem enfrentados, diante do impacto que a globalização tem produzido, na medida em que: desestabiliza e desorganiza o trabalho, avança para as esferas da sociabilidade, atinge grupos e categorias sociais, independentemente de classe social, idade, sexo, ou grupos de pertencimento – penalizando entretanto as camadas sociais de menor renda. A desigualdade econômica que ela produz ou acentua, se reproduz nas demais esferas da vida (cultural educacional, política e simbólica), produto da estrutura social inerente ao modo de produção e reprodução vigentes e dos modelos de desenvolvimento adotados pelos países.

O trabalho social na América Latina se defronta hoje, portanto com enormes desafios e seus profissionais convivem com alguns paradoxos:

- Seu trabalho se exerce em países onde convivem o crescimento econômico e as profundas iniquidades;
- constata-se um crescimento ostensivo do trabalho social profissionalizado nos últimos trinta anos - observe-se, por exemplo, a distribuição da formação pós-graduada nessa área: a América Latina ocupa o segundo lugar mundial em número total de Doutorados, atrás apenas dos EUA, na frente do Canadá, da Europa e da Austrália;
- é fato que temos mais e melhor trabalho social, porém num contexto de enorme regressão social;
- temos mais intervenções sociais, porém nem sempre com a qualidade desejável;
- o antigo e o novo trabalho social convivem em nossos países, sendo um dos principais desafios desta década formular propostas que utilizem uma lógica inovadora na intervenção social.

No campo do trabalho social hoje, no Brasil e nos países Latino-Americanos, a maioria dos profissionais tem clareza de que suas ações são exercidas num mundo desigual e eles são cotidianamente desafiados a mediar necessidades e interesses da classe trabalhadora num terreno de conflito (de interesses).

Os trabalhadores sociais se defrontam permanentemente com as ambigüidades inerentes à profissão, que precisa atender demandas da população - que têm múltiplas determinações - e pode desenvolver suas ações orientando-as para múltiplas dimensões; esses profissionais são chamados a interpretar tais demandas e a produzir uma resposta profissional às mesmas, que é uma resposta social, através das instituições e das políticas públicas existentes.

Os profissionais se defrontam, em geral, com uma profusão de programas sociais, que nem sempre tem permanência e constância no tempo para que possam produzir os resultados previstos. Além disso, são insuficientes os mecanismos efetivos de acompanhamento e avaliação desses programas de que dispõem, sem indicadores capazes de apropriar a realidade local. Dada a complexidade do tecido social urbano, a realidade local inserida em espaços sociais muito heterogêneos, não é apropriadamente captada por índices como o IDH médio ou pela média de outros indicadores que vêm sendo utilizados para aferir o desenvolvimento social.

3.2. A Proteção Social no Brasil e nos Países Latino-Americanos

A situação dos países da América Latina em relação à proteção social foi analisada em duas perspectivas diferentes, cada uma delas abordando a questão de uma forma, ambas, porém, através de estudos comparativos.

A primeira tratou dos processos decorrentes da globalização econômica, contextualizando-os, para analisar depois como os Governos dos diferentes países do continente estavam tentando enfrentar as conseqüências e efeitos desses processos.

Uma das análises se concentrou nos “regimes” de Bem-Estar Social dos diferentes países latino-americanos, analisando-os a partir dos critérios: sua evolução temporal, os modelos que os inspiraram, o nível de cobertura oferecido, a amplitude do sistema, a homogeneidade ou heterogeneidade dos sistemas implantados, o grau em que levam em conta as diferenças significativas existentes entre os países latino-americanos e os resultados alcançados em termos de proteção social – o grau de inclusão/exclusão que realizam.

Constata-se, inicialmente, que havia na América Latina até os anos 1970 três grandes conjuntos de países com perfis institucionais e resultados

semelhantes em matéria de bem-estar social, cada um deles correspondendo a um tipo de “regime de bem-estar regional”.

A partir dos anos oitenta, os regimes latino-americanos foram submetidos a um intenso processo de ajuste e de reforma, impulsionados pelas agências financeiras internacionais e respaldados por vários governos da região. A partir daí, um novo paradigma se torna dominante: atribuir ao mercado o papel fundamental na geração e distribuição, não apenas da riqueza e da renda, mas da proteção social.

Analisando o impacto dos processos de ajuste estrutural e de reforma social na arquitetura destes regimes, observa-se que: os países latino-americanos realizaram reformas dos seus regimes de bem-estar social, havendo, em consequência, uma redefinição da proteção social nos mesmos. Procurou-se demonstrar com a análise as seguintes *hipóteses*:

- a reforma social de corte liberal tornou residuais os três tipos de regimes regionais, enfatizando um enfoque focalizado e assistencialista e subordinando-os de maneira crescente à lógica do mercado;
- a reforma, nos três casos, aprofundou a tendência à segmentação da proteção social;
- a reforma, entretanto, não alterou profundamente as distâncias existentes entre os três tipos de regime.

Outra constatação é a de que na Região existe uma *uniformidade aparente*. Num plano geral, a América Latina se distingue, entre outras coisas, por:

- ter conservado, durante muitas décadas, um dos primeiros lugares em matéria de desigualdade social no mundo – Considerando-se a desigualdade na distribuição do ingresso por regiões do mundo (2005), utilizando-se o Coeficiente de Gini, (PIB *per capita*, PPA em US\$) tem-se: a África Subsaariana (722) em primeiro lugar e a América Latina e o Caribe em segundo lugar.
- a Região se sobressai também por ter sido incapaz de reduzir de maneira consistente os elevados níveis de pobreza que a caracterizam, o que contrasta com o que sucedeu em escala global, particularmente com regiões como a Ásia Oriental e o Pacífico.

O primeiro modelo excludente: o seguro social

Analisando historicamente a adoção de regimes de bem estar social, verifica-se que durante o primeiro período examinado, a proteção social na região estaria articulada por uma instituição fundamental: o seguro social, que não seria o eixo para a universalização da proteção social.

A cobertura se distribuía da seguinte maneira entre as diferentes categorias:

- a) *Integrados*: (através do seguro social e de serviços sociais de terceiro nível) Setores das classes médias: organizações de trabalhadores, empregados públicos, empresários industriais nacionais e estrangeiros, partidos políticos e funcionários governamentais;
- b) *Excluídos* (por desproteção): populações indígenas ou afro-descendentes;
- c) *Desfiliaados* (assistência social): trabalhadores do setor informal urbano, camponeses e assalariados rurais.

Além disso, os sistemas de prestações sociais latino-americanos expressavam uma concepção “familiarista” do bem-estar social, pois preservavam uma divisão familiar de trabalho (*breadwinner system*), articulada com o velho sistema patriarcal. Esse modelo preserva as *desigualdades existentes de gênero e etárias*:

- *os homens* - eram os provedores e portadores de direitos para o resto da família através do emprego formal;
- *as mulheres* (mães e filhas) - transferiam serviços de bem-estar familiares para os demais membros do lar;
- *os filhos* (sobretudo homens) freqüentavam a escola para ampliar suas possibilidades de ascensão social.

O segundo modelo excludente e seus resultados

Durante os anos noventa, a questão social se *redireciona do campo da proteção social ligada ao emprego formal*, para as novas políticas sociais que se dirigem exclusivamente a *reduzir a pobreza* e a dotar os pobres e vulneráveis de recursos mínimos, para que eles mesmos sejam capazes de resolver sua situação.

Quanto aos resultados, num contexto caracterizado por um mercado de trabalho precário, um abundante emprego informal, o crescimento de uma nova pobreza e o fechamento de possibilidades de ascensão social para os pobres, o resultado foi: maior desfiliação social; destituição gradual dos direitos sociais obtidos durante a segunda metade do Século XX.

Comparando os regimes

Os regimes duais e excludentes - os regimes duais incluíam Brasil, Colômbia, México e Venezuela, ao mesmo tempo em que os excludentes eram integrados pela maioria dos países da América Central (com exceção de Costa Rica e Panamá) e alguns países da América do Sul como Equador, Peru, Bolívia e Paraguai.

Os dois tipos de regimes se caracterizaram pela queda de um ou dois pontos na escala de indicadores relativos a níveis de pobreza: concentração de renda, qualidade do emprego e subemprego, gasto social, cobertura de seguridade social e dos serviços de educação e de saúde preventiva. Também se distinguiram por um aumento gradual de: heterogeneidade etno-cultural, caráter regressivo dos sistemas de proteção social e do grau de informalidade dos mercados de trabalho.

Enquanto essas características tendiam a se manifestar de maneira dual nos regimes intermediários, privilegiando à população urbana - organizada e relevante para o modelo de industrialização e substituição de importações (ISI) – e excluindo o resto da população, particularmente aos indígenas e afro-descendentes, no caso dos regimes excludentes elas se agudizavam, deixando fora da sua cobertura à maioria da população.

Os indicadores relativos de desenvolvimento social (esperança de vida ao nascer, mortalidade infantil, analfabetismo e índices relativos de vida) reafirmam esta tendência: nos regimes duais prevaleceram níveis intermediários, enquanto nos regimes excludentes sobressairam os níveis mais baixos de toda a Região.

Os regimes universalistas - em escala regional, o conjunto de países categorizado como *regimes universalistas* se distinguiram historicamente por: exercer os maiores níveis de gasto social, por uma menor heterogeneidade etno-cultural e pela maior cobertura do seguro social e dos sistemas educacionais e de saúde.

Apesar das primeiras evidências de estancamento econômico que conduziram à crise dos anos setenta, é muito evidente que este conjunto de países exibiram os melhores indicadores em matéria de esperança de vida ao nascer, mortalidade infantil, analfabetismo e índices relativos de vida.

Resultados das reformas estrutural e social nos anos 90

Destaca-se uma melhoria em termos de crescimento econômico durante os anos noventa. Entretanto, não se alcançou um comportamento homogêneo em termos de estabilidade macroeconômica. Chile e Costa Rica se distinguiram por ser estáveis; porém Argentina e Uruguai enfrentaram severas crises. A precariedade do trabalho continuou aumentando (emprego por conta própria), assim como o desemprego, a concentração de renda se manteve alta e a pobreza só diminuiu em termos relativos.

O resultado claro foi uma precarização desses regimes, o que se expressou na tendência à desfiliação de amplos setores sociais, devida à redução das responsabilidades sociais dos Estados. Neste campo, um caso excepcionalmente infeliz foi o da Argentina, onde a pobreza cresceu extraordinariamente: de 21,2 % da população em 1990, passou a 41,5 em 2002, cifras que aproximaram notadamente esse país dos perfis dos regimes duais. Este foi talvez o caso mais notório de modificação dos *clusters* originais, já que a Argentina se dualizou.

Entretanto, em termos gerais, não se fecharam as brechas entre regimes de bem-estar. Os sistemas de proteção social dos regimes universalistas continuam sendo os mais desmercantilizadores da região. Isto se pode observar, examinando os níveis de gasto social, o percentual da força de trabalho assegurada e os níveis de cobertura dos sistemas educativos, depois da educação básica.

Diferenças e semelhanças entre os sistemas de proteção social

Durante a fase de industrialização, os sistemas de proteção social se desenvolveram de maneira muito significativa em países como: Argentina, Brasil, Chile, Costa Rica, México e Uruguai; porém foram precários ou praticamente inexistentes na maior parte da América Central, no Paraguai, Peru, Bolívia, Equador, etc.

Quanto aos *níveis de cobertura*, observa-se que: no Brasil e no México os sistemas não foram além do sistema de seguro social limitado, porém outros países como Argentina, Chile, Costa Rica e Uruguai criaram sistemas de proteção social quase universais.

Os *modelos sistêmicos*: alguns trabalhos, como os de Mesa-Lago, deixam claro que em matéria de sistemas de proteção social a maturidade não corresponde necessariamente à longevidade institucional. De qualquer forma, se pode encontrar na região distintos modelos de ampliação da cobertura. No caso da maioria dos países com sistemas “fortes” (Argentina, Chile, Uruguai, Brasil, México) a tendência foi de um avanço gradual; por isso se pode falar de um modelo “*Bismarckiano*” (seguro social com contribuição compulsória de empregados, patrões e do Estado, cobrindo: saúde, aposentadoria e acidentes do trabalho).

Apesar disso, há pelo menos um caso de modelo “*Beveridgeano*” (sistema complexo e completo de proteção social na ausência de salário que deveria ser fruto do pleno emprego) ou de cobertura quase universal, num só momento: é o caso da Costa Rica; também há um exemplo de um sistema Socialista Universal: Cuba.

A existência de pleno emprego, um requisito do modelo *keynesiano* que inspirou os sistemas de bem-estar social, foi apresentada como realidade específica da Europa Central e dos países escandinavos, que hoje está em retração; ao lado disso, existe a massa populacional em trabalho informal, sem cobertura da legislação social do trabalho. Na realidade convivem a homogeneidade do modelo econômico de um lado e a heterogeneidade da legislação social do trabalho. A reestruturação produtiva leva à desterritorialização da “fábrica” e à migração da força de trabalho, trazendo novos padrões de produção e novas formas de relação entre trabalho formal e trabalho informal.

A *regulação social* hoje se faz de forma diferenciada nos diferentes países e regiões, com graus de cobertura igualmente bastante diferenciados dependendo de uma série de variáveis: à homogeneidade do modelo econômico corresponde, também, uma grande diversidade de padrões adotados pelos países em termos de proteção social: abaixo da linha do Equador, no sul da Europa, no leste Europeu, em países asiáticos e africanos.

Seria importante chamar atenção para algumas diferenças conceituais que podem estar embutidas em formas de proteção adotadas, que têm

natureza distinta: a *proteção pelo trabalho* (legislação social do trabalho) e a *proteção pela cidadania* (proteção social).

Há diferenças também entre os países latino-americanos no entendimento da noção de *seguridade social* e são diferentes os sentidos de seguro, segurança⁴ e seguridade: o seguro social é sempre contributivo inspirado nas relações mercantis (aqueles que contratam um seguro pagam um montante de contribuições, na expectativa de garantir uma futura prestação de serviços, definida contratualmente); seguridade social pode assegurar serviços de forma não-contributiva.

Um estudo comparativo realizado pelo *Centro de Estudios Latinoamericanos*, a partir das Constituições de 20 países, faz uma análise quanto à seguridade, à previdência e à assistência social, englobando: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela⁵.

O Estudo mostra que há três tipos diferentes de sistemas nos quais se enquadram os diferentes países:

1 - Os que garantem um *tipo restrito de proteção* (centrada no trabalho, onde seguridade é igual a seguro social e que dá proteção ao desocupado involuntário, ao deficiente, aos que não podem trabalhar). Nesse caso se enquadram: El Salvador, Guatemala, Chile, Costa Rica, Honduras e Uruguai.

2 - Os que asseguram um *tipo de proteção misto, entre restrito e de subsidiariedade*: proteção (centrada no trabalho, onde seguridade é igual a seguro social e que dá proteção à família para sua compensação econômica). Nesse caso se enquadram os seguintes países, com suas complementações específicas: Argentina (+ moradia), Bolívia (+ saúde), Colômbia (+ mulher, + terceira idade), México (+ mulher, + maternidade (creches) + habitação + saúde), Nicarágua (+ fome), Panamá (grupos não incorporados à previdência), República Dominicana (+ idosos + pobres).

⁴ “A segurança é uma exigência antropológica de todo indivíduo, mas sua satisfação não pode ser resolvida exclusivamente no âmbito individual. É também uma necessidade da sociedade que se assegure em determinada medida a ordem social e se garanta uma ordem segura a todos seus membros. As políticas sociais representam um dos instrumentos especializados para cumprir essa função”. (VILLA LOBOS, 2000, p. 58)

⁵ O estudo do Centro de Estudios Latinoamericanos da Universidad de Georgetown, está disponível em: <http://pdba.georgetown.edu/>

3 - Os que garantem um tipo de proteção articulada entre seguro mais assistência social (a seguridade dá direito à proteção integral em relação às contingências sociais da vida e do trabalho, com ênfase na família). Neste caso se enquadram os seguintes países: Cuba, Equador, Brasil, Paraguai e Venezuela.

Seria importante esclarecer os princípios que fundamentam os sistemas: a idéia de proteção social exige forte mudança na organização das atenções, pois implica em superar a concepção de que só se atua nas situações já instaladas, isto é, depois que ocorre uma “desproteção”.

Por um lado, a *proteção social* - o sentido de proteção (*protectione* do latim) supõe, antes de mais nada, tomar a defesa de algo, impedir sua destruição, sua alteração. Nesse sentido a idéia de proteção contém um caráter preservacionista – não da precariedade, mas da vida – supõe apoio, guarda, socorro e amparo. Este sentido preservacionista é que mobiliza tanto as noções de *segurança social* como de *direitos sociais*.

Entretanto, é preciso ressaltar que uma *política de proteção social* compõe o conjunto de direitos de civilização de uma sociedade e/ou o elenco das manifestações e das decisões de solidariedade de uma sociedade para com todos os seus membros. Ela é uma política estabelecida para a preservação, a segurança e respeito à dignidade de todos os cidadãos.

No caso do Brasil, a Política Nacional de Assistência Social – PNAS-2004 afirma que a proteção social a que ela deve responder deve afiançar uma ampla segurança: segurança de sobrevivência (de rendimento e de autonomia) segurança de acolhida e segurança de convívio (de vivência familiar).

Examinando os *eixos do modelo*, observa-se que: o 1º eixo afirma a particularidade do caso brasileiro: ter a assistência social como política de direitos que opera através de serviços e benefícios; o 2º eixo ressalta o seu caráter federalista; o 3º eixo indica que ele deve operar através de sistema único; o 4º eixo afirma a relação entre democracia social e política; o 5º eixo prevê um modelo pactuado de gestão.

Constituem, ainda, singularidades do modelo brasileiro: a proposta de mesclar benefícios e serviços; estabelecer uma relação intersetorial; engajar-se no esforço intersetorial de desenvolvimento social.

Quanto às *funções da assistência social*, elas são definidas como: de vigilância social, de defesa de direitos e de proteção social. A intersetorialidade no sistema deve ser assegurada pelos princípios de gestão, assim definidos: gradualidade, heterogeneidade e convergência.

O sistema se apóia nos seguintes *princípios*: a) universalidade; b) matricialidade sócio-familiar; c) territorialização, descentralização, compartilhamento e regionalização; d) regulação; e) habilitação.

Algumas idéias-força são aqui destacadas como pontos de reflexão:

- A constituição da proteção social não contributiva no Brasil, embora esteja constitucionalmente assentada não está ainda plenamente aplicada. Conseguir aplicar os ditames constitucionais supõe fortes e sensíveis mudanças político-institucionais e econômico-sociais nas relações e regras da sociedade brasileira, dos entes federativos que compõem o Estado brasileiro e dos agentes institucionais que operam a proteção social.
- A Constituição Federal de 1988 atribui o caráter de seguridade social à proteção social não contributiva, definindo os campos da previdência, saúde e assistência social. Todavia não existem ainda, mecanismos de articulação entre os três campos para além das condicionalidades do Programa Bolsa-Família e do diálogo entre o Benefício de Prestação Continuada, o Renda Mínima Vitalícia e o INSS. Embora o modelo de seguridade social ainda não esteja consolidado, a área de segurança alimentar vem se estruturando como outra frente de proteção social.
- Permanece no modelo de proteção social não contributiva uma interface com programas de enfrentamento da pobreza e a perspectiva de alcance do desenvolvimento social. Estas duas perspectivas fluem mais da velha relação entre fome e pobreza do que a adoção de uma política redistributiva articulada com o modelo econômico.
- Um arranjo institucional de gestão de políticas públicas cujos resultados transitam entre proteção e desenvolvimento social.
- Um arranjo institucional que supõe a adesão dos três entes federativos numa relação complementar de responsabilidades, coberturas e resultados;

- Uma relação de complementaridade e entre as políticas públicas de assistência social, segurança alimentar, saúde, educação, habitação, trabalho e renda, previdência social e o sistema nacional de direitos humanos em específico o SINASE.
- O formato é diferenciado entre os três níveis de governo no modo como articulam.
- A complementariedade entre as políticas e a estratégia de intersectorialidade.
- A aplicação de territorialidade do modelo de proteção social entre os três entes federativos.
- A estratégia de construção da matricialidade sócio-familiar no processo de proteção social.
- O modelo brasileiro de proteção social não-contributiva tem por eixo principal a proteção integral às famílias, isto é, o reforço às condições para que elas exerçam a proteção de seus membros.
- Os recursos financeiros na assistência social são, em grande parte, catalizados para benefícios com corte de renda, e por incidência histórica de baixo investimento na rede de serviços, estes, via de regra, ficaram na dependência da oferta de entidades sociais que recebiam valores per capita para atenção (antigo SAC-PAC) todavia, o baixo valor desses *per capita*s produziram o efeito de subvenções parciais e não de reembolso pelo efetivo valor do serviço prestado.
- Os direitos sócio-assistenciais ainda permanecem no campo das idéias, sem uma legislação que abrigue sua aplicação e a instauração de uma processualidade jurídica quando de sua infringência.

O percurso analítico realizado, por caminhos diferentes, mostra claramente que, nossa região requer processos de reforma social específicos para cada tipo de regime de bem-estar e que a redução da pobreza só será possível se forem examinados os desafios diferenciados, procurando-se respostas particulares para cada um deles. A revisão realizada mostra saldos muito desfavoráveis no processo de reforma: residualização de todos os tipos de regimes, que se traduzem no abandono de responsabilidades públicas, enfraquecimento dos direitos sociais e da cidadania; agudização

das desigualdades regionais, acompanhadas de processos de dualização dos regimes universalistas, de precarização dos regimes duais e de petrificação dos regimes excludentes.

Poderíamos perguntar se, diante dos resultados sociais observados, houve uma ruptura com o paradigma residual. Entretanto, a mera ampliação da cobertura não implica num processo de universalização. O contexto não variou e as idéias-força ainda são: focalizar, desregular, desinstitucionalizar, remercantilizar, condicionar transferências e, sobretudo, não recolocar o tema dos direitos sociais da cidadania.

Neste contexto, é evidente que os programas de transferências monetárias condicionadas, que hoje são concebidos como receita infalível e universal para reduzir a pobreza, não são a solução de fundo que se pretende, porque estes programas continuam sem reconhecer que a pobreza é resultado das tremendas desigualdades regionais e da aplicação sem critério das políticas de ajuste estrutural.

3.3. A Questão do Desenvolvimento Social no Brasil e na América Latina: perspectivas e limites

Ao falar sobre *desenvolvimento social* é importante lembrar que esta é uma noção histórica, ou seja, a forma de se pensar o desenvolvimento vem mudando tanto no Brasil, como na América Latina e internacionalmente. O que hoje se propõe para o desenvolvimento do país e da região tem muito pouco a ver com o que se pensava entre as décadas de 50 e 70 do século passado, quando intelectuais pertencentes aos quadros de organismos como o ISEB, a CEPAL e a USP propunham interpretações diferentes para a situação brasileira e estratégias opostas para superá-las.

Naquelas décadas, os debates se travavam principalmente em torno de perspectivas teóricas que privilegiavam a industrialização e o crescimento econômico e outras que pensavam o desenvolvimento nacional como um processo muito mais complexo do que alcançar altas taxas de crescimento - como aquelas alcançadas durante o chamado “milagre econômico”, ostentado pelos governos militares no regime ditatorial de então, que acenavam com a promessa vã de “fazer o bolo crescer para depois dividi-lo”.

Pensar em desenvolvimento social hoje, implica em considerar as transformações da economia mundial ao longo das últimas décadas, em

especial a partir do processo de reestruturação produtiva, que mudou o padrão de incorporação da força de trabalho.

O desenvolvimento capitalista vem passando por transformações importantes, não apenas nos seus processos produtivos, mas, também, quanto às formas de apropriação do excedente e às formas de propriedade. Antes, aquele que era proprietário dos meios de produção era possuidor de algum bem físico, de algo concreto que constituía a sua propriedade: hoje a propriedade é de um processo e o lucro auferido é sobre a sua utilização. Os processos tornam-se cada vez mais densos em informação e conhecimento e a propriedade intelectual, a patente, o *copyright*, assumem cada vez mais importância. A natureza dos bens constituídos pelo conhecimento (bem imaterial) é diferente daquela constituída pelos bens materiais: o conhecimento é um bem que não deixa de pertencer a alguém quando é transferido a outros. Atualmente vivemos numa nova era tecnológica, voltada para a aceleração da comunicação e da conectividade, em que a capacidade de disseminação da informação é praticamente incomensurável, perdendo sentido a apropriação privada do conhecimento. A democratização do acesso à informação e ao conhecimento produzido é componente fundamental dos processos educativos. Assim, há um deslocamento significativo na compreensão teórica dos processos de desenvolvimento econômico e social.

Do ponto de vista social, uma distinção básica deve ser feita: entre o enriquecimento que tem por base um aumento da riqueza social, e o que tem por base a redistribuição da riqueza existente. Um exemplo concreto pode ser esclarecedor: se uma pessoa faz um investimento na construção de casa, (num conjunto residencial) e se, por qualquer razão essa pessoa vai à falência, uma avaliação possível é que ela perdeu dinheiro. Entretanto, existe um resultado prático: as casas novas que existem e poderão servir de moradia para pessoas concretas; dessa forma pode-se concluir que houve um aumento do produto social. Outro tipo de investimento é a compra de dólares quando, pelo acompanhamento da cotação das moedas, pode-se prever uma tendência à alta, que se concretiza; esse ganho de uma pessoa (que comprou), corresponde à diminuição da capacidade de compra de outra (que vendeu); nessa transação ocorre apenas transferência de renda entre indivíduos ou grupos, sem ganho nem perdas para a sociedade (é um processo micro-econômico que pode gerar enriquecimento de alguns). Os bancos realizam atividades especulativas que designam “investimentos”, mas se trata apenas de aplicações financeiras. Investimento, do ponto de vista técnico é aquele que aumenta o estoque de produção da sociedade, como a

construção de uma fábrica, que gerará empregos e terá alguma relevância social. Do ponto de vista macro-econômico, o objetivo deve ser alocar recursos da maneira mais inteligente possível, visando o bem-estar crescente do conjunto da população e, não favorecer a especulação financeira, como ocorreu durante muito tempo no Brasil, com dois tipos de processos especulativos: a inflação e os altos juros, que serviram para enriquecer minorias, sem que houvesse ganho para a economia do país.

Como conseqüência da mudança do padrão de desenvolvimento capitalista, o que há alguns anos vem sendo genericamente designado como *globalização*, além da redução dos postos de trabalho e do aumento do desemprego, maiores restrições foram colocadas à absorção em postos de trabalho assalariado regulamentados, seja pelo incentivo à terceirização de serviços pelas empresas, seja pela iniciativa do trabalho por conta própria, ou trabalho informal.

Uma nova divisão internacional se configura: é aquela que separa os países que se concentram nos bens intangíveis (pesquisa e desenvolvimento, design, advocacia, contabilidade, publicidade, sistemas de controle) e os que continuam com atividades centradas na produção física. Essa nova divisão corresponde à que antes separava os países produtores/exportadores de matérias primas (de um lado) e países fabricantes de produtos industrializados (de outro lado). Hoje a divisão tem por base a distinção entre produção material e produção imaterial, embora a base sobre a qual se assente tal divisão seja distinta da anterior, em termos do poder que essas formas de produção conferem aos países situados num e noutro pólo, há uma equivalência, permanecendo a relação de subordinação.

Muitos estudos sobre a América Latina e sobre os países desenvolvidos, mostram as conseqüências da flexibilização do trabalho e do aumento do desemprego sobre as condições de vida, o que acentuou as desigualdades e promoveu a exclusão social. Tais análises evidenciam, nos diferentes contextos, a partir dos anos 1980/1990 a *precarização social* decorrente da flexibilização produtiva e das mudanças institucionais que a favoreceram; diante disso, foram adotadas políticas compensatórias, emergenciais, no lugar de políticas de caráter permanente/universal que, no caso brasileiro, nunca chegamos a implementar em larga escala.

Tais processos afetaram a maior parte das regiões metropolitanas do Brasil e indicam prejuízos da qualidade do trabalho presente no mercado, em que se destacam a precarização dos vínculos e o fim da proteção ofere-

cida pelos direitos trabalhistas. É certo, por sua vez, que o ano de 2007 indicou uma melhora nos índices, já que o trabalho formal superou os 55% e o índice de desemprego foi mantido em 7%. Além disso, uma análise dos recentes índices sociais mostra como a queda da renda proveniente do trabalho, a partir dos anos 1990, se tornou determinante no agravamento de certas questões sociais, apresentando-se claramente como obstáculo ao desenvolvimento.

No Brasil desde o início dos anos 1990 as transferências de renda realizadas pelos diferentes “programas de renda mínima” tinham como metas não só diminuir sensivelmente o número de pobres brasileiros em 4,94 milhões - o que significava uma redução da proporção de 34% para 31,1% do total da população - como, pretendiam propiciar um declínio marcante nos índices de pobreza.

Após mais de uma década de vigência desses programas, é possível se perceber o seu mérito em modificar também o grau da concentração de renda gerando alterações na desigualdade dessa distribuição. Ainda que, no Brasil, os programas de transferência de renda monetária às famílias pobres assumam características diversas das apresentadas em outros países, já que exigem contrapartidas por parte das famílias beneficiárias - como a frequência regular à escola das crianças na faixa etária de 7 a 14 anos - essas iniciativas têm sido avaliadas positivamente. Não se pode esquecer que, no Brasil, o atraso escolar de crianças com 14 anos é superior a três anos de escolaridade, indicando que uma proporção importante de jovens situados no intervalo de 14 a 18 anos deveria ser incorporado a programas desse tipo, pois devem finalizar a escola básica, para que alcancem um melhor desenvolvimento e inserção no mercado de trabalho.

Dados os resultados recentes do programa federal bolsa-família (11 milhões de famílias em 2007 – segundo dados do IPEA) e as avaliações sobre a importância do estímulo escolar aos jovens não atendidos pelo sistema, será implementada, já em 2008, a ampliação da cobertura do Programa, que deve alcançar famílias com filhos de 16 e 17 anos.

Nessa versão, os programas de renda mínima pretendem combater a pobreza evitando o trabalho infantil precoce e aumentando o grau de instrução nas famílias mais pobres, em particular dos dependentes. A idéia é que a elevação do nível educacional dessas crianças permitirá ampliar sua capacidade futura de geração autônoma de renda, rompendo com o círculo vicioso de reprodução da pobreza.

Entretanto, a questão do acesso à escola, hoje quase resolvida, não é, o grande entrave: o “desenvolvimento social” depende de qualidade da educação e, neste aspecto ainda há muitos desafios a vencer, seja quanto à precária infra-estrutura das escolas, quanto à repetência e à evasão, quanto à adequação dos conteúdos abordados e quanto à qualificação dos profissionais.

A questão da saúde pública no Brasil também é muito grave. Saúde, do ponto de vista preventivo, representa menos intervenções médicas, sejam ambulatoriais ou hospitalares. A educação sanitária, entre outros bons métodos de higiene e saúde popular, deve ser encarada como política pública nos diversos âmbitos. Os recursos destinados à saúde não podem ficar restritos a menos de 4% do PIB, como nos mostram os índices atuais. Segundo os indicadores internacionais são necessários, ao menos, 6% do PIB para dar suporte a um Sistema Unificado de Saúde como é o caso do Brasil e suas dimensões territoriais.

Embora se considere que a implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) - com seus objetivos de organizar e articular os serviços de proteção social dos Governos Federal, Estadual e Municipal - seja importante e possa representar um avanço, há algumas preocupações, como o volume de recursos e a forma do repasse implantado.

É importante a incorporação da educação para e pelo lazer, além das noções ligadas à educação permanente, a partir de uma idéia ampla de *desenvolvimento sociocultural*, como parte, não apenas dos discursos institucionais, mas dos seus objetivos e estratégias de ação.

O economista e Prêmio Nobel Amartya Sen afirma que o objetivo do *desenvolvimento* deve ser a liberdade e que as políticas devem conduzir as ações, na prática, de modo a fazer com que o ponto de vista da liberdade seja sempre coerente com as metas de desenvolvimento, mas, a liberdade não é apenas fim, é também meio para o desenvolvimento. Liberdade que pode ser traduzida por: oportunidade, autonomia, expressão, criação, segurança e direitos.

A dimensão cultural é fundamental no processo de desenvolvimento. Só a capacidade de percepção de identidades pode fornecer diretrizes para a percepção do presente e a construção do futuro. A associação educação/cultura não significa apenas manter os vínculos escolares, mas um processo social em que as mais diversas instituições estejam en-

volvidas e comprometidas. Sabe-se, hoje, que as ações contínuas de educação não-formal presentes em atividades culturais as mais diversas, têm nisso um importante papel. No Brasil, em particular, o acesso da maioria da população a atividades culturais ainda é muito restrito, embora haja esforço dos governos e de diversas instituições. São necessárias mudanças e esforços contínuos para ampliar o acesso e a democratização da cultura e mudar esse quadro.

Para qualquer programa de desenvolvimento humano, os Serviços Sociais são prioritários e, numa realidade como a brasileira, é fundamental que os poderes públicos os priorizem, e que possam ser complementados pelo compromisso ético e social de instituições não-governamentais, que tenham também uma missão pública.

Um processo de desenvolvimento social que pudesse trazer bem-estar às massas populares latino-americanas como um todo, dificilmente se implantaria e se ampliaria na região em função da falta de soberania que caracteriza o Estado latinoamericano. Um movimento efetivamente democrático, que supere o estado de coisas presente, não deve significar, porém a farsa de um retorno pendular ao intervencionismo estatal providencial.

As insuficiências financeiras do bloco regional latino-americano tornaram-se um obstáculo à sua própria subsistência em potência e em ato. Os governos dos países latino-americanos reduziram a sua dependência financeira através da criação de um banco regional de controle comum, capaz financiar o desenvolvimento, sem intermediações rentistas centrais.

O fracasso patente do neoliberalismo no continente latino-americano traz uma dupla possibilidade: por um lado, favorece a ilusão desenvolvimentista; por outro, estimula a antecipação concreta que pode orientar o movimento real para abolir o estado de coisas presente, tanto na luta geral contra a exploração, a dominação e os ataques à dignidade humana, quanto na luta específica por uma ampla e profunda redistribuição de recursos, inclusive, com a anulação de todas as dívidas que afetam, sobretudo, a superpopulação relativa.

Os países em desenvolvimento podem ser encarados como possuidores de ilhas de excelência – constituídas por empresas modernas, capazes de se tornarem competitivas no mercado internacional, com alta

produtividade no trabalho, que asseguram a maior parte do PIB – num cenário de baixa produtividade e que o sistema econômico, não as afetaria significativamente. Alguns economistas consideram, porém que um crescimento rápido puxado pelo setor de empresas modernas, não reduzirá por si só a heterogeneidade inicial e, que o resultado mais provável desse ambiente, é a concentração de riqueza e renda nas mãos dos poucos que controlam as tais ilhas de excelência. Segundo esses analistas, não há alternativa para o desenvolvimento de um país a não ser continuar investindo no setor de empresas modernas, mas, além disso conseguir aumentar a produtividade no setor pobre. Esses estudiosos das questões do desenvolvimento consideram que o principal desafio é o de transformar as pequenas atividades organizando-as em pequenas empresas capazes de competir no mercado capitalista. Existem muitas iniciativas que poderão alcançar esse resultado ou, pelo menos, melhorar a qualidade de vida e a capacidade de trabalho das pessoas pobres – o que por si só, já constitui uma parte substancial do processo de desenvolvimento.

Algumas dessas idéias estão sendo aplicadas no Brasil há cerca de duas décadas, a partir do processo de redemocratização do país. Um exemplo disso é constituído pelos programas de urbanização de favelas e em outras áreas pobres das metrópoles, onde se constata uma mudança de concepção: em vez dos programas de transferência forçada da população favelada para casas ou apartamentos em outras áreas da cidade, em geral na mais longínqua periferia, distante dos locais de trabalho, percebeu-se que a regularização fundiária teria mais sentido. Assim, em várias regiões metropolitanas brasileiras, a opção foi dar título de propriedade aos favelados, prover serviços públicos de luz, água, esgoto e telefone, e asfaltar as ruas e vielas nas áreas faveladas.

Tais programas correspondem a uma forma de integração dos pobres no sistema capitalista “por baixo” - em vez de tentar integrá-los “por cima”, como se tentou fazer nos anos 1950-1960. Orientando-se por essa concepção, os governos procuram criar mecanismos de crédito para aquelas pessoas muito pobres, capacitando-as para fazerem pequenos investimentos em negócios ou para construir suas casas. Os governos nos diferentes níveis (federal, estadual e municipal), têm realizado investimentos sociais nas periferias das grandes cidades. Dessa forma, através do micro-crédito ou da propriedade, os pobres estão aos poucos se in-

serindo no mercado capitalista. Para além desses programas específicos, os gastos sociais com educação e saúde para os pobres, contribuem para melhorar a sua qualidade de vida.

Ainda nessa modalidade de “integração dos pobres por baixo” podem ser incluídos os programas realizados de reforma agrária, iniciados a partir da democratização do país e da pressão dos movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) e de alguns setores da Igreja Católica, sobretudo da Pastoral da Terra. Alguns setores mais conservadores consideram que a reforma agrária não é eficiente e, portanto, é desnecessária, uma vez que a grande agricultura capitalista “é a única capaz de resolver o problema da produção no Brasil”. Essa concepção desconhece que o desenvolvimento só é possível com a integração da população pobre no processo.

Portanto, pensar o desenvolvimento como um processo de conquista histórico é também considerar os grandes objetivos políticos propostos pelas sociedades modernas, ao lado da ordem social igualitária, da liberdade e da justiça. Essa é uma perspectiva ética do desenvolvimento orientada por uma filosofia política que torna o conceito de desenvolvimento normativo. Não é suficiente compreender o desenvolvimento como um processo: é preciso que cada sociedade defina que tipo de desenvolvimento almeja. Se a escolha for por um desenvolvimento sustentável, durável - e não apenas por um “surto de desenvolvimento” como se tem verificado neste e noutros países do continente, deve incluir entre seus objetivos políticos, promover a distribuição da renda.

Atualmente a legitimação dos governantes passa, cada vez mais, pela possibilidade que tentam apresentar para a população, justificativas sólidas e consistentes para as políticas econômicas e sociais que adotam. Assim sendo, as questões relacionadas com a justiça, a liberdade e a sustentabilidade no processo de desenvolvimento, por afetarem toda a população, devem mobilizar todos os cidadãos com espírito republicano para discuti-las. O desenvolvimento, portanto, não se restringe à dimensão econômica, mas tem uma dimensão política que, em última análise, diz respeito à democracia.

4. RECOMENDAÇÕES

- Tendo-se evidenciado que o resultado das políticas sociais praticadas nos últimos 10 anos nos países latino-americanos, sob influência dos organismos financeiros internacionais, favoreceu o aumento das desigualdades sociais, indica-se a necessidade dos Estados da Região retomarem o caminho para a universalização da proteção social, vinculada com os direitos de cidadania, visando a redução das desigualdades constatadas.
- É também evidente que, nos casos em que os regimes de proteção social adotados são duais e excludentes, essas medidas devem se combinar com políticas que favoreçam uma rápida redução da exclusão social de alguns segmentos (como os povos indígenas), enquanto em todos os casos, deve haver medidas que favoreçam a eliminação das desigualdades de gênero.
- É imperativo e urgente desenvolver políticas de reativação do trabalho, de apoio à criação de empregos formais de maior qualidade e de capacitação para o trabalho, para evitar que amplos contingentes sociais fiquem permanentemente vinculados a empregos de baixa qualidade ou sejam convertidos em população residual, o que impediria sistematicamente a ascensão social e continuaria favorecendo a reprodução da pobreza.
- Os atuais regimes de bem-estar na região precisam ser concebidos como regimes em transição, salientando-se a necessidade de construir novas coalizões sociais e políticas que possibilitem uma reforma que favoreça a universalização, visando redução das desigualdades sociais constatadas.
- É necessário e urgente colocar entre as alternativas para o desenvolvimento, além de continuar investindo no setor de empresas modernas, que é preciso adotar medidas para alcançar um aumento de produtividade no setor pobre. O principal desafio é o de transformar as pequenas atividades em pequenas empresas, bem organizadas e estimuladas por um sistema de crédito popular adequado, para que sejam capazes de competir no mercado capitalista principal.

- É imprescindível e urgente adotar medidas para superar o grande entrave ao desenvolvimento social constituído pela baixa qualidade da educação pública e para enfrentar os desafios atuais: melhorar a precária infra-estrutura das escolas, combater os elevados índices de repetência e de evasão escolar, a inadequação dos conteúdos curriculares e, sobretudo, a necessidade urgente de realizar investimentos massivos na qualificação dos profissionais para melhorar as oportunidades dos mais pobres terem acesso a uma educação de qualidade e melhores chances no mercado de trabalho.
- É preciso enfrentar a grave questão da saúde pública no Brasil, considerando que realizar ações de saúde, do ponto de vista preventivo, representa menos intervenções médicas, sejam elas ambulatoriais ou hospitalares. Os governos, em todos os níveis, precisam ampliar os programas nessa área e promover a educação sanitária, através de métodos de preservação da saúde que alcancem massivamente a população, deve ser encarada como política pública urgente nos diversos âmbitos.
- Investir em saneamento básico é fundamental e urgente para promoção da saúde e para prevenção e controle de doenças que se devem principalmente à falta dessas condições, assim como reduzir a mortalidade infantil. É preciso incluir a questão do saneamento na luta pelos direitos sociais, e na agenda pública, chamando a atenção para os assombrosos custos do déficit de saneamento a partir de indicadores concretos. Temos de reconhecer que o acesso ao saneamento é um direito básico que deve fazer parte do debate público. Através de várias atividades, meios e iniciativas - como campanhas no rádio e na televisão, concursos fotográficos, patrocínios corporativos e programas escolares, entre outros - políticos, funcionários governamentais e o público devem enfrentar os problemas decorrentes da falta de saneamento básico, hoje pouco presentes na agenda pública.
- Os recursos destinados à saúde não podem ficar restritos a menos de 4% do PIB, como nos mostram os indicadores atuais. Segundo os estudos internacionais são necessários, ao menos, 6% do PIB para o suporte de um Sistema Unificado de Saúde como é o caso do Brasil, considerando-se suas dimensões territoriais.

- O trabalho social profissionalizado deve construir respostas apoiadas em investigações e pesquisas realizadas sobre sua prática e realidade cotidiana, cujos produtos alimentem e dêem consistência ao debate disciplinar e interdisciplinar sobre os sistemas de proteção social, as políticas sociais e a ação social.
- É urgente resgatar as diferentes percepções acumuladas pelos assistentes sociais que lidam cotidianamente as refrações da questão social e trabalham para atender às demandas dos usuários, considerando as interfaces do global com o local, para oferecer respostas qualificadas tendo em vista a redução das desigualdades sociais.
- Trazer o conhecimento sistematizado da prática cotidiana dos assistentes sociais para a arena política nos domínios nacional e internacional para que se possa contribuir com propostas consistentes para construção de um sistema eficiente de alocação de recursos públicos e de execução das políticas sociais que incorporem mecanismos distributivos e assegurem a redução da desigualdade, da pobreza e da concentração de riqueza.
- As políticas orientadas para o desenvolvimento devem levar em conta que a sustentabilidade do desenvolvimento está intimamente associada à redução das desigualdades sociais. No médio prazo, qualquer projeto nacional que não tenha como prioridade maior a solução para a exclusão social e para as disparidades regionais estará fadado ao fracasso. O primeiro compromisso do desenvolvimento sustentável, portanto, é estabelecer um compromisso social, que pressuponha a convergência dos planos e projetos na direção do combate à desigualdade e que leve em conta as expectativas das pessoas com relação ao seu futuro e à sua qualidade de vida.
- O desafio maior a ser enfrentado hoje por governos, empresas, agências de desenvolvimento e organizações sociais é reconhecer definitivamente, que nas suas políticas, programas e nas suas práticas, devem articular a questão social à questão ambiental. A preservação dos recursos naturais e da qualidade do meio ambiente só pode se fazer, a partir do reconhecimento das desigualdades sociais e da necessidade de investir nos seres humanos que

vivem nesse meio, na melhoria das suas condições de vida, de educação, de oferta de trabalho, no seu acesso aos benefícios proporcionados pela sociedade moderna.

- Os projetos de desenvolvimento sustentável devem incluir processos de participação da população envolvida na sua construção, onde as instituições políticas, a sociedade civil e os grupos de interesse organizados encontrem espaço para exercer o seu papel de representação política e institucional. A sustentabilidade dos projetos pressupõe ações no campo da governança e exige que as soluções propostas para o desenvolvimento sejam debatidas amplamente e negociadas passo a passo com os diversos segmentos da sociedade civil organizada.
- Para alcançar formas de desenvolvimento sustentável o grande desafio hoje é o de promover *políticas de consumo sustentável* que incluam três eixos: levar em conta a realidade dos limites ecológicos do planeta, considerando o grau de esgotamento dos recursos naturais já atingido e a impossibilidade de renová-los; examinar a viabilidade política de se implantar medidas de estímulo ao *consumo sustentável* e de restrições ao desperdício, tanto nos países ricos quanto nos países pobres; enfrentar o debate sobre a existência de um consumo desigual que reflete a atual estrutura injusta na distribuição da riqueza, seja em cada país internamente entre ricos e pobres, seja entre as nações. É urgente colocar na agenda pública a questão do excesso de consumo nos países desenvolvidos como uma das causas importantes da crise ambiental que é preocupação mundial para tentar influenciar e modificar o pensamento das pessoas em relação ao consumo; é extremamente relevante no debate colocar em confronto o *consumismo* permanentemente estimulado pelas grandes corporações e o *sub-consumo* estrutural que atinge grandes parcelas da população mundial, impedidas pela miséria de consumir o essencial à sua subsistência, condenadas à fome e à penúria. É urgente compreender melhor as causas do excesso de consumo e contribuir para desenvolver estratégias que levem a um debate sobre as mudanças possíveis nas atitudes e nas práticas, bem como sobre os processos necessários para alcançar formas de consumo responsável, que contribuam para elevar os níveis de bem-estar social de todos.

5. COMISSÃO ORGANIZADORA

Diretoria do CBCISS

Presidente
Dra. Marilena Jamur
Diretorias:
Ada Lúcia Costa Lobato
Andréa Medrado Bragard
Célia Maria de Abreu Santos
Rosely Reis Lorenzato

Comissão Organizadora Geral

Ada Lúcia Costa Lobato
Andréa Medrado Bragard
Célia Maria de Abreu Santos
Gabriela Lema Icasuriaga
Maria Magdala V. de Araújo Silva
Marilena Jamur
Rosely Reis Lorenzato

Sub-Comissão Técnico-Científica

Angela Vieira Neves
Ana Maria de Vasconcelos
Edna Maria Donzelli
Fátima de Maria Masson
Fátima da Silva Grave Ortiz
Gabriela Lema Icasuriaga
Ilda Lopes Rodrigues da Silva
Josefa Batista Lopes
Jorge Gilberto Krug
Luciana Patrícia Zucco
Marcio Eduardo Brotto
Maria das Graças C. Gomes
Maria Inês de S. Bravo
Marilena Jamur
Maristela Dalmoro
Roberto Soares Dias
Serafim Fortes Paz
Silene de Moraes Freire
Silvina Verônica Galizia
Sueli Bulhões da Silva
Tania Chalhub de Oliveira
Yara Frizzera dos Santos
Yolanda Aparecida Demétrio Guerra

Direção da ESS/UFRJ

Diretora
Dra. Maria Magdala V. de Araújo Silva
Vice-Diretora
Dra. Gabriela Maria Lema Icasuriaga
Direção Adjunta de Pós-Graduação
Dra. Yolanda Aparecida Demétrio Guerra
Direção Adjunta de Graduação
Dra. Mavi Pacheco Rodrigues

Sub-Comissão de Programação

Cleusa Santos
Gabriela Lema Icasuriaga
Heloisa Helena Mesquita Maciel
Luiz Wilson Pina
Márcio Eduardo Brotto
Marilena Jamur
Marta Aparecida B. Lordello Gonçalves

Sub-Comissão de Comunicação e Operação

Andréa Medrado Bragard
Célia Maria de Abreu Santos
Lia Regina de Castro Rocha
Noeli Guimarães Lasalvia
Rosely Reis Lorenzato
Sandra Seixas

Sub-Comissão de Captação de Recursos Apoios e Patrocínios

Ada Lúcia Costa Lobato
Edimar Monteiro Neves
Estanislau Salles
Joel Naimayer Padula
Mariana Reis Raposo
Maria da Penha Silva Franco

Secretaria

Heloisa Helena Teixeira Gonçalves
Rosa Maria Alves Bello
Ercy Almeida da Silva

6. APOIOS

MDS	Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
SEASDH	Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro
SESC/SP	Serviço Social do Comércio – Diretoria Regional de São Paulo
SESC/DN	Serviço Social do Comércio – Departamento Nacional
SESI	Serviço Social da Indústria – Departamento Nacional
SESI	Conselho Nacional do Serviço Social da Indústria
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro Fórum de Ciência e Cultura Prefeitura do Campus Praia Vermelha
CRESS-RJ	Conselho Regional de Serviço Social – 7ª Região
ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social